

# Federal Judicial Center

*“promover o desenvolvimento e a adoção de melhores práticas de administração judicial” por meio de educação e pesquisa”*



# O Judiciário dos EUA

---



The United States Judiciary

Federalismo e Competência

As Cortes

Educação Legal

Seleção de Juízes

Juízes Federais

Pessoal das Cortes

Administração Judicial

Conduta e Disciplina

Processo Judicial

Procedimentos Cíveis

Procedimentos Criminais

Julgamentos pelo Júri

Sentenciamento

Educação Judicial

# Independência Judicial

---

## Independência institucional

Ramo separado de governo

Livre de revisão administrativa

## Independência nas decisões

Decisões proferidas de modo imparcial, de acordo com a lei

Sem interferência externa ou indução

## Responsabilidade/Prestação de contas

Devido processo legal

Transparência

Profissionalismo e competência

# Federalismo

## Federal

- Constituição dos EUA
- Leis Federais
- Executivo
- Legislativo (Congresso)
- Judiciário



*U.S. District Court, Southern District of New York*

## Estadual

- 50 Estados, D.C. e Porto Rico
- Constituições estaduais
- Leis estaduais
- Executivo, Legislativo e Cortes Independentes



*Superior Court of the District of Columbia*

Federalism

Maioria das leis dos EUA = leis estaduais  
Mais de 90% dos casos são ajuizados em cortes estaduais

# Competência Estadual

Disputas contratuais

Direito de Família

Indenização por danos pessoais

Crimes estaduais

Reclamações constitucionais:  
estaduais e federais

Cortes Especializadas (*de família, de trânsito, de infância e juventude, de drogas e tributárias*)



# Competência Federal

---

## Matéria

Constituição dos EUA

Leis Federais

Tratados

Falências, alfândega, patentes, direito marítimo, comércio internacional

## Partes

Governo federal ou estadual

Embaixador, autoridade pública, países estrangeiros

## Diversidade (competência federal)

Cidadãos de diferentes estados, se o valor da causa >US\$75,000



# Juízes e Casos

	FEDERAIS	ESTADUAIS
Juízes	1,722	30,377
Casos Criminais <i>(primeira instância)</i>	80,081	20,437,849
Casos Cíveis <i>(primeira instância)</i>	281,608	18,980,531
Especializados <i>(maioria cível)</i>	912,717 <i>(falências e ações de competência federal)</i>	64,061,968 <i>(infância e juventude, direito de família, trânsito, etc.)</i>
Recursos	54,244	272,975

Estatísticas de número de casos: Federal: 2015;  
Estadual: 2012

# Cortes Federais



## Suprema Corte

9 Ministros

Revisão  
discricionária

Questões de direito

Sem opiniões  
consultivas

**Petições:**  
geralmente > 7,000

**Revisão integral:**  
geralmente < 90

## Tribunais Federais de Recursos

179 Juizes

12 Circuitos (Regiões)

6 a 28 Juizes por  
Circuito/Região

Painéis de 3 juizes  
decidem questões de  
direito

Casos ajuizados:  
55,875

## Cortes Distritais (Primeira Instância)

663 Juizes

94 Distritos

1 a 27 Juizes por  
Distrito

Casos ajuizados:  
361,689

## Especializadas

Circuito Federal

Cortes de:

Falência

Comércio Internacional  
Reclamações contra o  
Governo (fazendárias)

Forças Armadas

Veteranos,

Tributos

Administrativas (ex.:  
imigração, previdência  
social)

# Para a Suprema Corte



*Se o Writ of Certiorari (ordem de remessa do caso para a Suprema Corte) for concedido*

Tribunais (federais) de Recursos dos EUA

Suprema Corte Estadual  
*SE o caso envolve lei federal*

# Educação legal

Após Universidade/faculdade

Faculdade de Direito: 3 anos

Matérias  
centrais/obrigatórias:

Constitucional, Processual Civil, Penal,  
propriedade, provas, responsabilidade  
profissional

Facultativas

Habilidades:

Escrita, prática jurídica,  
negociação, estágio

Professores:

Acadêmicos e operadores do  
Direito

204 faculdades de direito  
credenciadas



# A Profissão Legal

---

Exame junto à Ordem dos Advogados (*Bar Exam*)

Exame de responsabilidade profissional

A admissão na Ordem dos Advogados é estadual (*state bar*)

Graduado por faculdade de direito credenciada

Formação jurídica contínua (*exigida em 45 estados*)

Áreas de Atuação:

Setor Privado

Setor Público

# Requisitos para ser Juiz: Eligibilidade

---

Não há exame

Poucos critérios formais de seleção

Origem dos candidatos selecionados:

- Advogados experientes (setores público e privado)

- Tribunais Estaduais

- Tribunais Federais Inferiores

- Meio Acadêmico

Treinamento e formação judicial

- Federal: não obrigatório. Porém, praticamente todos os juízes participam desses programas.

- Estadual: obrigatório em alguns estados

# Seleção Judicial Estadual

## Métodos variam conforme o estado

Vote  
Attorney Lisa Doe  
for  
Superior Court  
Seat 24

Eleição (31 estados)  
Partidárias (11); não-partidárias (20)  
Nomeação pelo governador  
Comissões de seleção por mérito  
Eleições de “Retenção”  
Nomeação/eleição pelo legislativo (4 estados)

  
Re-Elect  
Judge  
John Smith  
Law Enforcement's Choice

## Mandatos renováveis

Geralmente de 2 a 14 anos  
Aposentadoria compulsória em 30 estados  
Geralmente dos 70 a 75 anos de idade  
(em Vermont aos 90)

# Seleção Judicial Federal

Juizes do “Art. 3º” da Constituição:  
Presidente nomeia  
Senado confirma

Indicação: Senadores, outros (*geralmente do mesmo partido político do Presidente*)

Investigação: Casa Branca, Ministério da Justiça, FBI

Nomeação: Submetido pelo Presidente ao Senado

*Avaliação: American Bar Association (não exigida por lei, não vinculatória)*

Audiência: Comitê Judiciário do Senado

Voto: Senado completo (pleno)

Cargo vitalício (“*enquanto bem servirem*”)

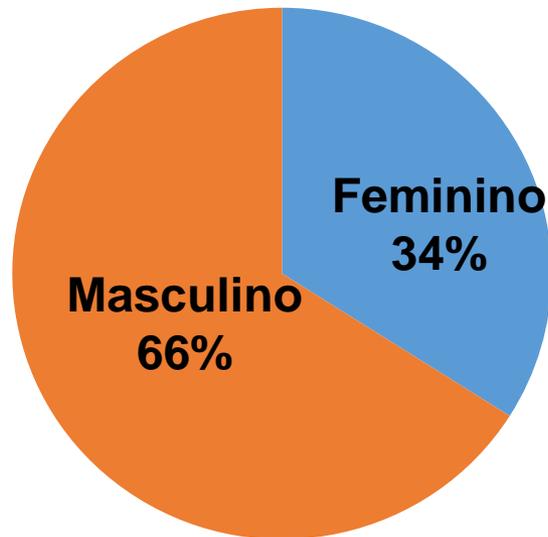


Juizes “do Artigo I” designados para mandatos limitados, mas renováveis

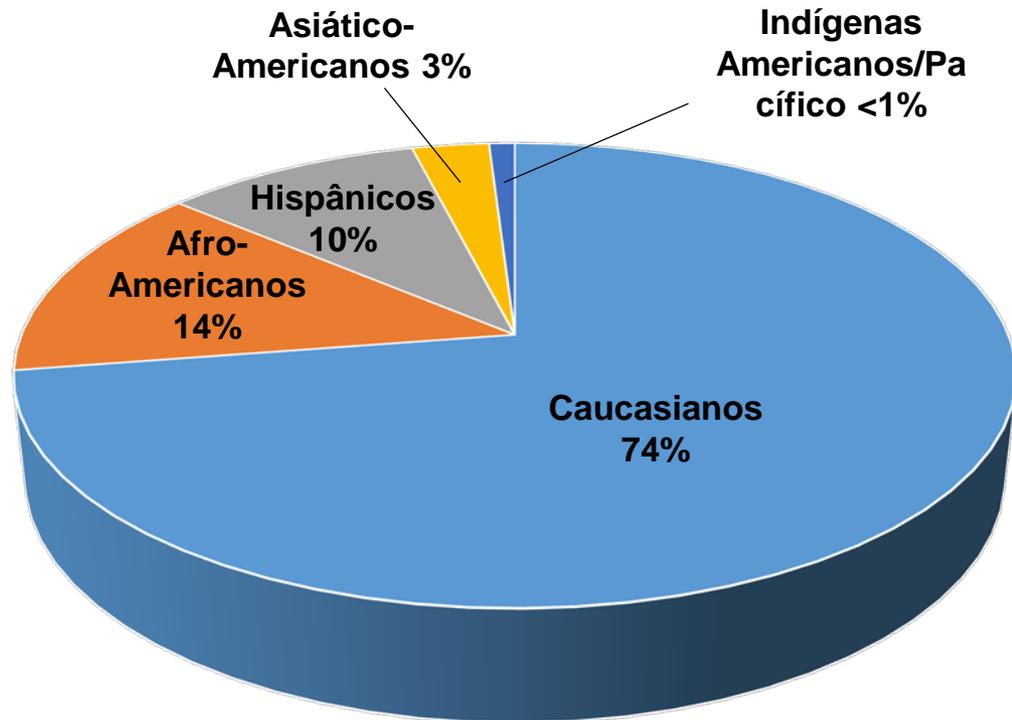
- *Juizes de falências nomeados pelo Tribunal de Recursos para um mandato de 14 anos*
- *Juizes auxiliares nomeados pelo Tribunal Distrital para um mandato de 8 anos*
- *Juizes do Tribunal de Reclamações nomeados pelo Presidente para um mandato de 15 anos*

# Diversidade no Judiciário Federal

## Sexo



## Raça/Etnia



# Status: Presidente e Sênior

---

## Chief Justice (Ministro-Presidente da Suprema Corte)

Nomeado pelo Presidente e confirmado pelo Senado

Preside sessões, conferência judicial, AO, FJC, Smithsonian, National Gallery

## Chief Judge (Juiz-Presidente) (*Tribunais de Recursos, Distritais, Falências*)

Nomeado por tempo de trabalho (*tempo em Tribunal*)

Mandato de 7 anos

Supervisiona a administração do Tribunal

Delega atividades ao Escrivão do Tribunal

Pode ter carga reduzida de casos

## Juiz Sênior (*opcional*)

Eligibilidade: 65 anos de idade

Regra: idade + anos de serviço = 80

Carga reduzida de casos

# Juiz Auxiliar

---

Oficial judicial da corte distrital

Nomeado pela maioria de votos dos juizes federais do distrito

Mandato renovável de 8 anos

Responsabilidades *(por estatuto e conforme delegado pelo juiz)*

Incluem:

- Questões prévias ao julgamento em casos cíveis e criminais

- Sessões de tentativa de acordo e RAD (ADR)

- Julgamentos cíveis, desde que com o consentimento das partes

# Pessoal do Tribunal Federal (Funcionários)

---

## Corte Distrital (Primeira Instância)

Escrivão do Tribunal

Outros membros do pessoal administrativo (+/- 80 em um tribunal de média dimensão)

Funcionários dos gabinetes: 2 assessores, secretário

Advogados *Ad hoc*

## Tribunal de Recursos

Diretor Geral

Escrivão do Tribunal

Outros membros do pessoal administrativo (+/- 70 em um tribunal de média dimensão)

Advogados do Tribunal

Mediadores dos Circuitos/Regiões

Funcionários de gabinete: 4 assessores, 2 secretários

# Assessor Jurídico

---

Recém-formado em Direito

Período: 1 a 2 anos

Funcionário de carreira

Responsabilidades

Assessorar o Juiz

Revisar os autos judiciais

Pesquisa jurídica

Manter contato com os advogados

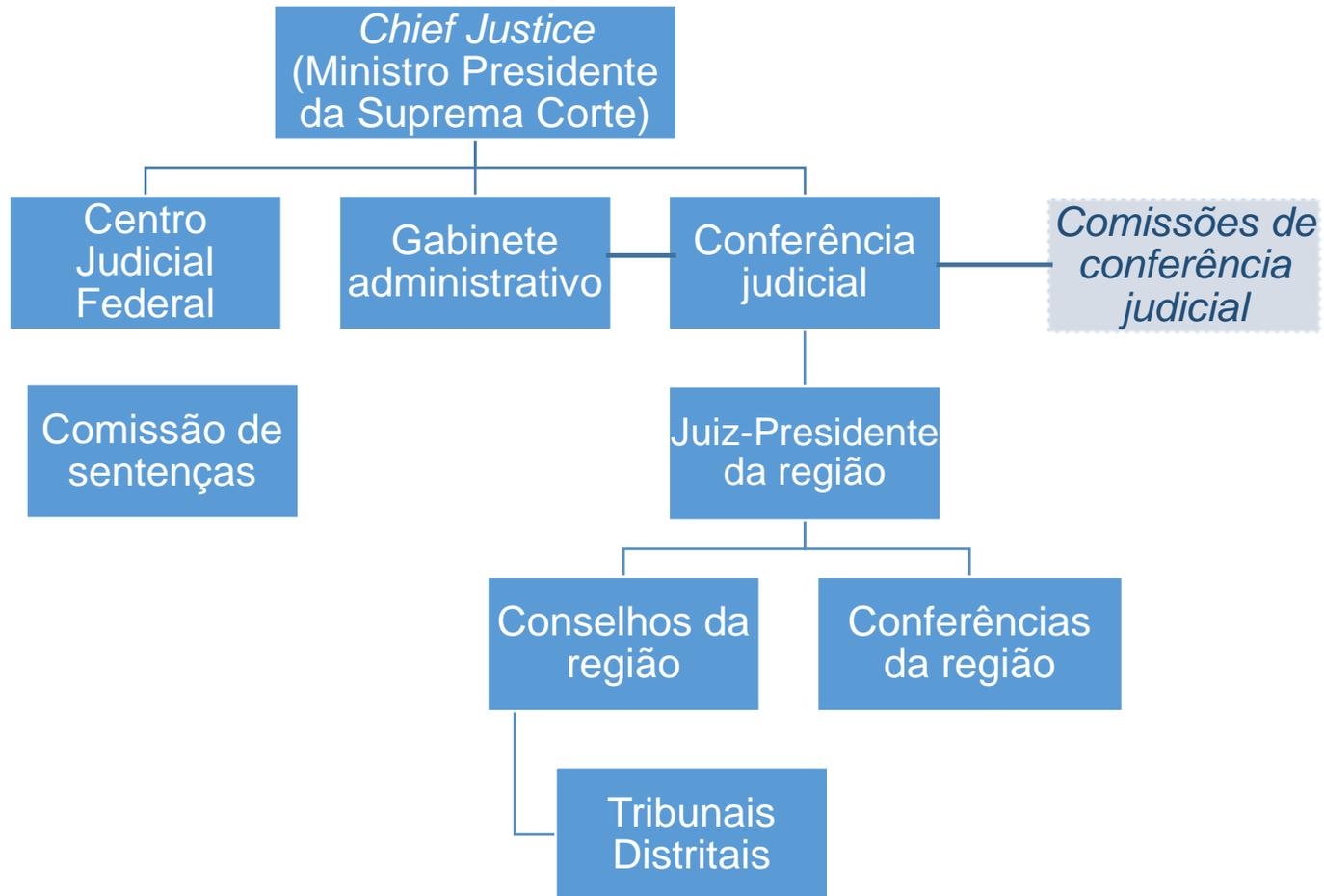
Escrever memorandos

Revisar minutas de decisões



Justice Horace Gray (1882)  
*"inspiration and criticism"*

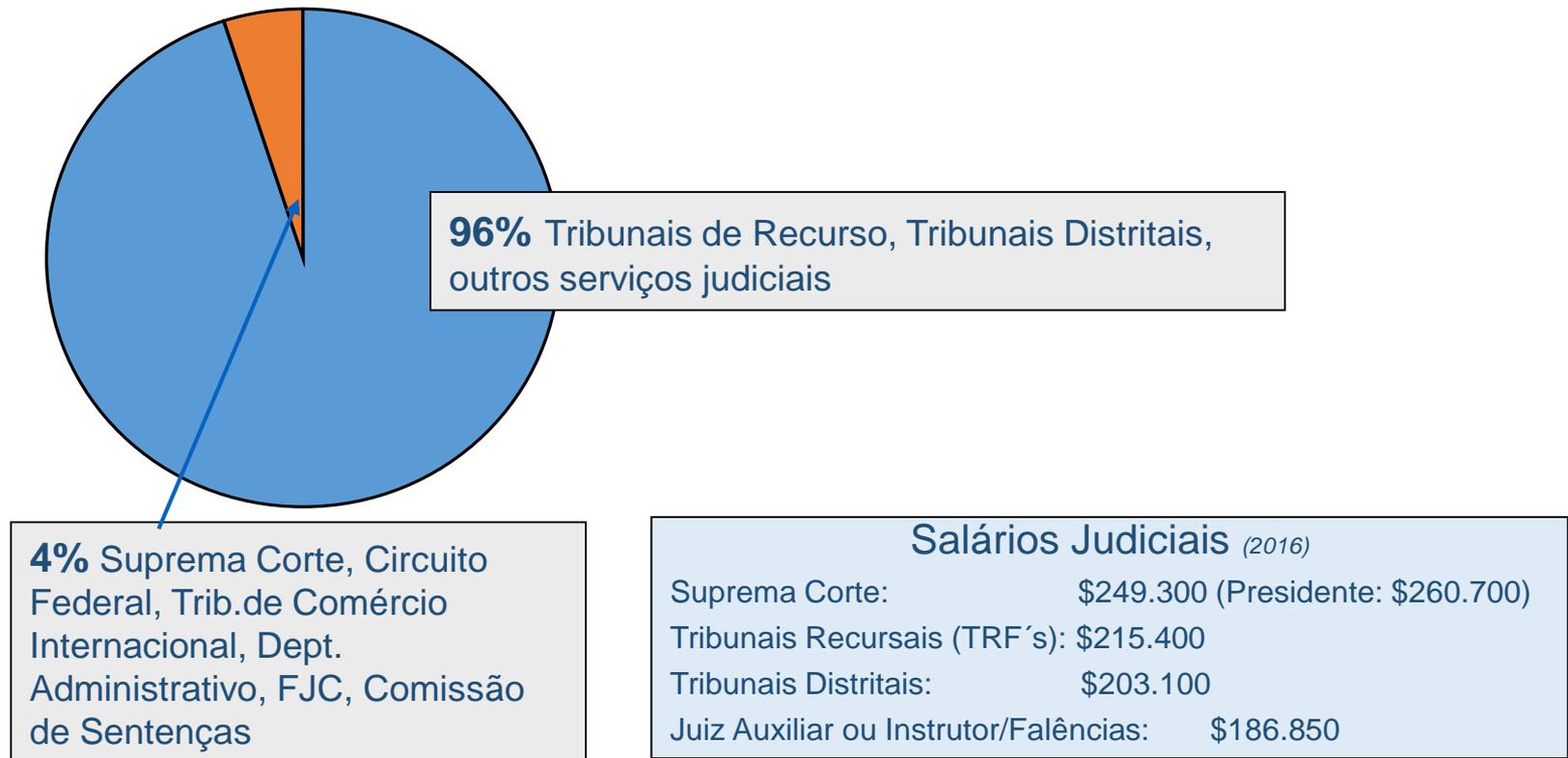
# Administração Judicial



# Financiamento das Cortes

Orçamento do Judiciário Federal: US\$6.78 bilhões (Ano Financeiro 2016)

(menos de 1/5 de 1% do orçamento nacional)



# Avaliação de desempenho judicial

---

## Responsabilidade

Melhorar o desempenho

Aprimorar a educação judicial

## Critérios: neutros e quantificáveis

Conhecimento jurídico, integridade,  
imparcialidade, profissionalismo, temperamento,  
capacidade de comunicação (escrita, oral), habilidades de gerenciamento

## Os métodos de implementação variam

Mecanismo: legislação, regra do Tribunal, Conselho Superior da Magistratura, Ordem dos Advogados

Fontes: advogados, funcionários do Tribunal, agentes da autoridade, litigantes, observadores de Tribunal treinados, decisões escritas, súmulas

Ferramentas: questionários, entrevistas, observação

Voluntária ou obrigatória

Resultados apenas para o juiz ou publicados

# Conduta e Disciplina

## CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS

Artigo III, Seção I: Os Juízes “conservarão seus cargos enquanto bem servirem”

Artigo II, Seção IV: Os Juízes somente serão afastados de suas funções por “delitos ou crimes graves”

## LEGISLAÇÃO

Lei de Conduta e Incapacitação Judicial de 1980

Divulgação de dados financeiros (5 U.S.C §101-112)

Limites de Renda Externa (5 U.S.C. §501-505)

Desqualificação (28 U.S.C. §455)

## CÓDIGO DE CONDUTA DOS JUÍZES DOS ESTADOS UNIDOS

Adotado pela Conferência Judiciária dos Estados Unidos

Regras não vinculativas

Comitê da Conferência Judicial: Pareceres sobre Código de Conduta

# Lei de Conduta e Incapacitação Judicial

Qualquer pessoa pode elaborar uma reclamação com o Assistente do Tribunal Federal acerca de má conduta judicial (*parcialidade, hostilidade, conflito de interesse, ou outra violação ética, exceto mera discordância quanto à decisão judicial*) OU *incapacidade* (*deficiência física ou mental que afete o desempenho*).

O Juiz-Presidente do Tribunal analisa a reclamação e pode rejeitá-la caso entenda inexistir justificativa para tanto, encerrar o processo caso tenha sido adotada ação corretiva, ou remeter ao Comitê Especial para investigação. Conclusões são enviadas para o Conselho Judicial do Tribunal.

Constatada violação, o Conselho pode instituir “medidas correcionais” (*proibir casos novos, aconselhamento informal, censura ou reprimenda*), bem como remeter à Conferência Judicial. A Conferência Judicial revisará o caso e pode enviá-lo à Câmara dos Deputados para investigação.

*Medida final adotada deve ser publicada no site do Tribunal.*

Impeachment, julgamento e processo de remoção no Congresso.

*Até o ano de 2016, houve 15 impeachments e 8 condenações de Juízes dos EUA.*

# Código de Conduta: Funcionários do Judiciário

---

## Funcionários das cortes federais inferiores

### Funções:

- Assegurar a integridade e independência do Judiciário

- Evitar impropriedades (e respectiva aparência)

- Aderir a standards apropriados ao cumprir com os deveres oficiais

  - Agir de acordo com a lei

  - Manter o profissionalismo, competência, respeito, cortesia

  - Evitar comentários públicos em assuntos pendentes

- Evitar o risco de conflito com deveres oficiais; agir de acordo com requisitos de divulgação (de informações)

- Abster-se de atividade política imprópria

## Comitê de Códigos de Conduta, após o supervisor consultivo

# Os Tribunais e os meios de comunicação

---

## Transparência

Processos abertos ao público, registros dos casos, decisões publicadas

## Constituição dos Estados Unidos

Liberdade de Expressão e Imprensa (1ª Emenda)

Julgamento justo (6ª Emenda)

## Obrigações éticas

Os juízes devem "evitar comentários públicos sobre o mérito de uma ação pendente ou iminente..." *Código de conduta judicial 3A(6)*

Podem fazer declarações públicas "no decurso de... deveres oficiais, para explicar os procedimentos judiciais, ou... (para) efeitos do ensino jurídico".

## Comitês, programas: Juízes/Advogados/Mídia/Público

Comunicação para promover comunicação e compreensão precisas, exatas, responsáveis

# Tradições legais

	COMMON LAW	CIVIL LAW
Fontes do Direito e de Jurisprudência	Constituição Decisões das Cortes (precedentes) Legislação Costumes	Lei positivada (Constituição, código, decretos executivos, regulamentos administrativos) Costumes Opiniões de juristas
Análise legal	Interpretação/aplicação de precedentes Fundamentação por analogia Revisão judicial (inclusive controle de constitucionalidade)	Aplicação de códigos Precedentes (persuasivo, não vinculante) Revisão judicial em alguns países
Papel do Juiz	Gerenciar procedimentos Decidir questões de direito Decidir sobre a admissibilidade das provas Se não houver júri, colhe as provas	Investiga e reúne provas Interroga testemunhas Colhe as provas
Papel do advogado	Ativo: reúne provas Aconselha o cliente Desenvolve, prepara e apresenta o caso	Indica as provas favoráveis Aconselha o cliente Prepara os documentos em juízo
Procedimentos	Adversarial Oral Apelação: questões de direito e processuais	Inquisitorial Documental, apresentação de memoriais Apelação: questões de fato, de direito e processuais

*Prática contemporânea: convergência das duas tradições em muitos países*

# Prática Judiciária: EUA

---



## Common Law

Precedente

Leis

Regras processuais e de provas



## Procedimentos da Corte

Sistema Acusatório

Papel de juízes e advogados



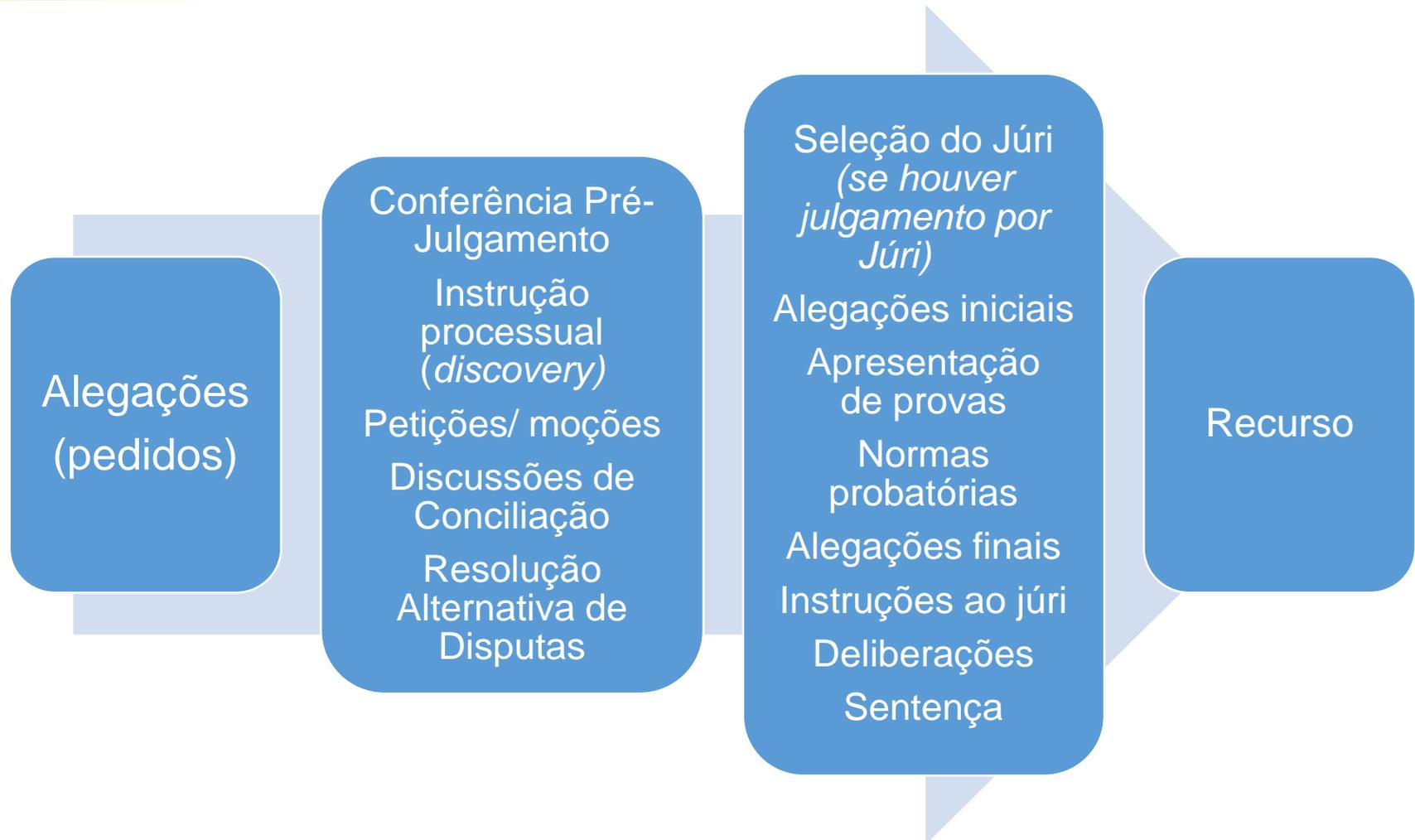
## Julgamentos

Júri ou juiz

Sessão contínua (dias consecutivos com adiamentos limitados)

Transcrição textual

# Tramitação de um processo civil



# Conferência pré-julgamento

## Ferramenta de gerenciamento de processo

Facilita procedimentos eficientes da corte

Revê pedidos, defesas, testemunhas, provas, questões legais

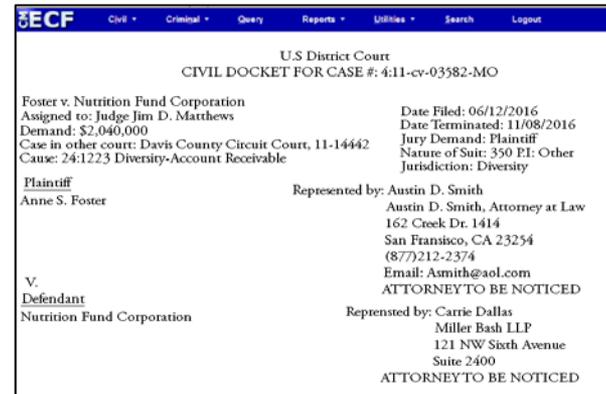
Estabelece cronograma

## Série de reuniões

Advogado deve comparecer e apresentar relatórios

Discute o progresso do caso e a possibilidade de acordo

Conferência final realizada antes do julgamento



The screenshot shows the ECF (Electronic Case Filing) system interface for a U.S. District Court case. The header includes the ECF logo and navigation tabs: Civil, Criminal, Query, Reports, Utilities, Search, and Logout. The case information is as follows:

U.S. District Court  
CIVIL DOCKET FOR CASE #: 4:11-cv-03582-MO

Foster v. Nutrition Fund Corporation  
Assigned to: Judge Jim D. Matthews  
Date Filed: 06/12/2016  
Demand: \$2,040,000  
Date Terminated: 11/08/2016  
Case in other court: Davis County Circuit Court, 11-14442  
Jury Demand: Plaintiff  
Cause: 24:1223 Diversity-Account Receivable  
Nature of Suit: 350 FI: Other  
Jurisdiction: Diversity

**Plaintiff**  
Anne S. Foster

Represented by: Austin D. Smith  
Austin D. Smith, Attorney at Law  
162 Creek Dr. 1414  
San Francisco, CA 23254  
(877)212-2374  
Email: Asmith@aol.com  
ATTORNEY TO BE NOTICED

**Defendant**  
Nutrition Fund Corporation

Represented by: Carrie Dallas  
Miller Bash LLP  
121 NW Sixth Avenue  
Suite 2400  
ATTORNEY TO BE NOTICED



# Elementos de gerenciamento do processo (case management)

---

## Controle judicial do caso

Cada caso (processo) é distribuído a um só juiz

O Juiz esclarece o que é esperado dos advogados e monitora o progresso do caso

## Prazos firmemente determinados e prováveis

Definidos com antecedência

Embasados no tipo do caso ou processo (*gestão de processo diferenciada*)

## Julgamento contínuo (ininterrupto)

## Delegação de funções não-judiciais

## Forte administração centralizada da Corte

Sistema de gestão de informação centralizada

# Transparência

---

Distribuição aleatória de complexidade variável

Dados estatísticos disponíveis ao público

- Negócios judiciais dos Tribunais dos Estados Unidos

- Estatísticas de Gerenciamento dos Tribunais Federais

Lei de Reforma da “Justiça Cível” de 1990

- Relatório semestral elaborado pelo Gabinete Administrativo do Judiciário Federal usando o software de gerenciamento de processos automatizados

  - Todos os pedidos pendentes por mais de 6 meses

  - Todos os julgamentos de não-júri não decididos por mais de 6 meses

  - Todos os processos cíveis pendentes por mais de 3 anos

  - E adicionado pelo Poder Judiciário: recursos de falência e previdência social pendentes por mais de 6 meses

- Estatísticas discriminadas por Tribunal, juiz, caso

- Objetivo: reduzir os custos e os atrasos, ajudar com alocação de recursos

Os Tribunais circulam relatórios internos: casos, taxas de disposição

Escrutínio pelos meios de comunicação

# Resolução alternativa de disputas (RAD)

Os Tribunais Federais devem oferecer RAD (ADR)

Os Tribunais Distritais têm discricionariedade sobre o tipo de programa

Tipos de resolução de disputas nos Tribunais dos EUA

Mediação é o mais comum

Algumas Cortes também oferecem métodos como avaliação neutra antecipada, arbitragem, semana de resolução ou julgamentos sumários

Consentimento das partes

Alguns Tribunais exigem o consentimento das partes

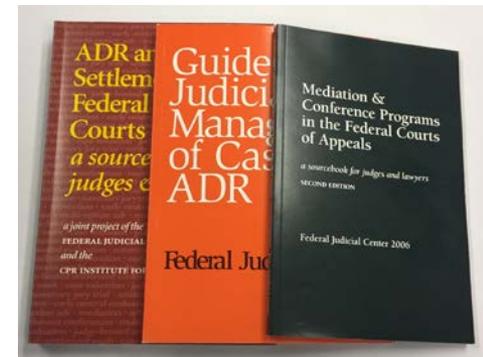
Em muitos Tribunais, os juízes têm autoridade para enviar as partes para RAD em todos ou determinados tipos de casos

Custos

As partes normalmente, mas nem sempre, são obrigadas a pagar taxas de mediação

Provedores (pessoal da RAD)

Painel de mediadores, externo neutro, mediador de pessoal do Tribunal, juízes



# Litigantes em causa própria

## *(Pro Se)*

---

Não há direito a advogado nomeado pelo Tribunal em casos cíveis, mas o Juiz pode fazê-lo

Direito de aparecer sem advogado

### Tribunal Federal: Lei *(28 U.S.C. § 1654)*

*Algumas exceções (por exemplo, empresas, ações coletivas requerem advogado)*

### Os Tribunais do Estado: acesso à justiça

Os regimes diferem por Estado

Muitos Estados têm pelo menos um litigante em causa própria em mais de metade de certos tipos de casos *(por exemplo: casos de direito de família na Califórnia e New Hampshire e audiências cíveis na Flórida)*

### Recursos do Tribunal

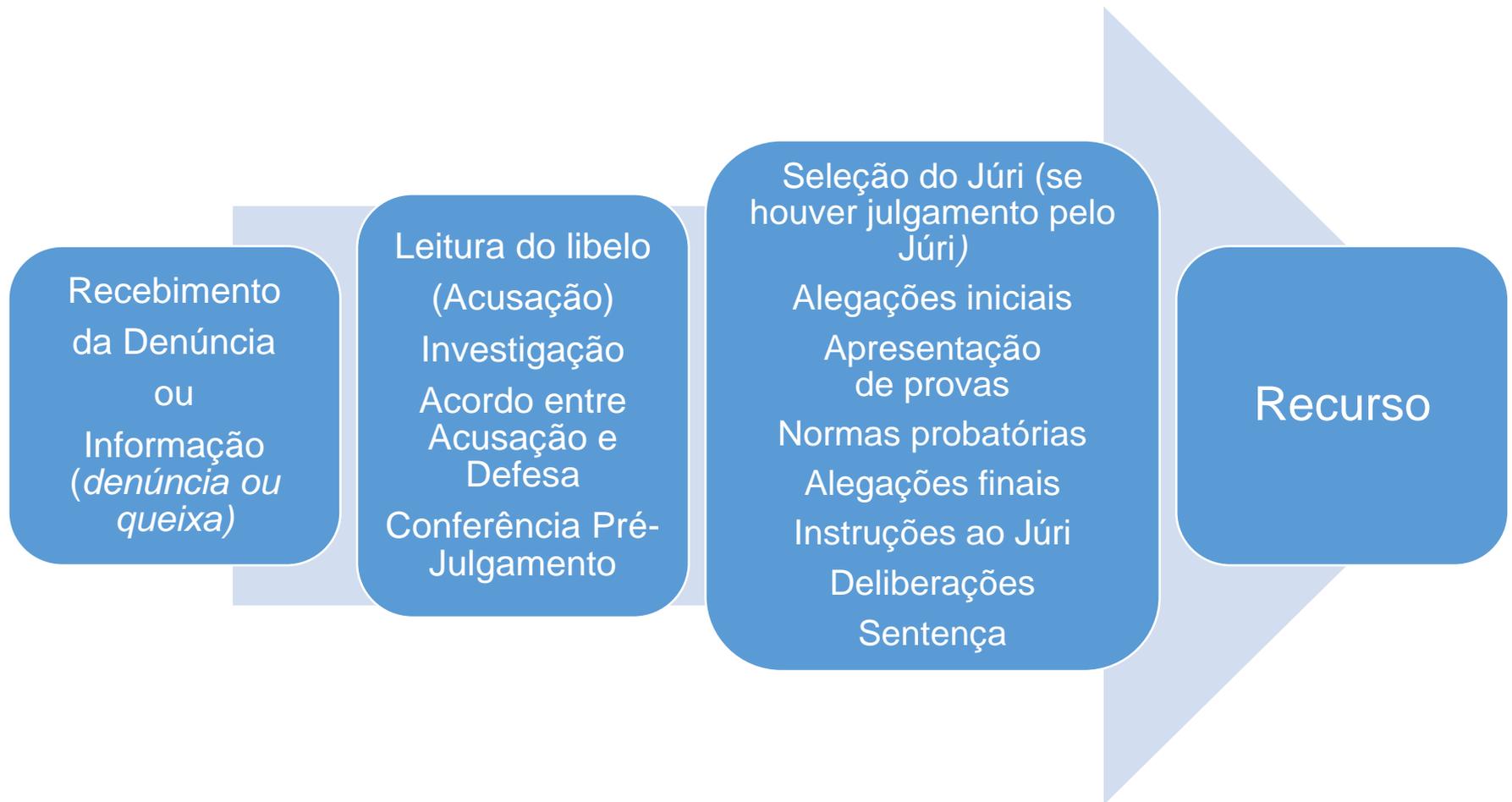
Os Tribunais oferecem alguma assistência processual, mas não fornecem aconselhamento jurídico

Os Tribunais também podem disponibilizar manuais, instruções e formulários

Pro Se  
Case Management  
*for Nonprisoner Civil Litigation*

Federal Judicial Center  
© 2016

# Tramitação de um processo criminal



# Processo criminal: Papeis

## Promotor

Representa o governo  
(Acusação)  
Oferece denúncias  
Detém o ônus da prova  
no julgamento  
Deve comprovar a culpa  
para além da dúvida  
razoável  
Deve revelar provas que  
sejam favoráveis ao  
acusado

## Defensor

Direito constitucional a um  
advogado (de Defesa)  
Privado  
Indicado pelo Tribunal  
Defensor Público  
Representa o acusado  
Rebate as teses da  
acusação  
Papel importante na  
garantia de um julgamento  
justo ao acusado

## Juiz

Julgador imparcial  
Não investiga  
Expede mandados  
Decide questões legais e  
probatórias  
Se não houver júri,  
analisa as provas  
Conduz o julgamento de  
forma justa e tempestiva  
Protege contra má-conduta  
do Ministério Público  
Fixa a pena aos condenados

# Acordo entre Acusação e Defesa (*Plea Bargaining*)



## Passo 1

Negociações entre Acusação e Defesa: o réu concorda em admitir a culpa em troca de redução de pena.



## Passo 2

A proposta de acordo é submetida ao juiz para homologação. Juiz pode rejeitar a proposta.



## Passo 3

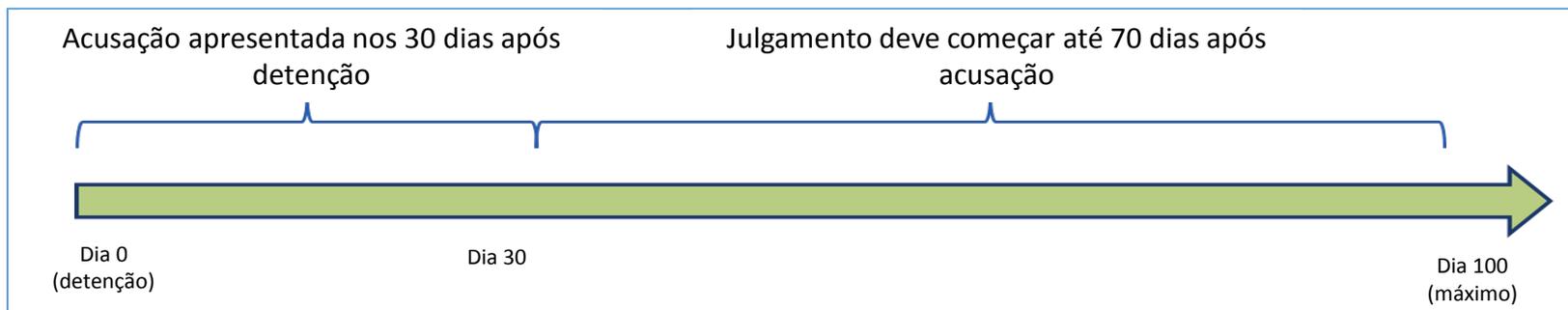
Antes de homologar o acordo, o juiz, em audiência, questionará o réu para se certificar que é pessoa capaz, entende todo o procedimento (*plea bargain*) e não foi forçado a confessar a culpa.

A grande maioria dos casos criminais nos Tribunais Federais resulta em acordo entre Acusação e Defesa.

# Julgamento Célere

Sexta Emenda da Constituição Americana: “Em todos os processos criminais, o acusado terá direito a um julgamento célere e público...”

Lei do Julgamento Rápido “Speedy Trial Act” (1974): prazos para a conclusão de etapas pela acusação.



O acusado ou réu pode - e muitas vezes o faz - consentir em suspender o "relógio do julgamento célere".

O prazo também pode ser suspenso em razão de pedidos e moções antes do julgamento, de indisponibilidade do acusado ou de testemunha-chave ou de outras considerações da justiça.

O desrespeito aos prazos, por parte do governo, que cause prejuízo ao acusado, pode ensejar a extinção do processo.

# O julgamento pelo Júri: Histórico

---

## Histórico

Inglaterra (Assize of Clarendon, 1166): processo composto por 12 homens com o fim de auxiliar Juízes do Rei nas determinações fáticas e legais importantes

EUA pré-revolução: desconfiança na autoridade executiva (Executivo)

## Constituição dos Estados Unidos (1787)

Artigo 3º: "O julgamento de todos os crimes, exceto em casos de impedimento; será feito por júri; e tal julgamento deve ser realizado no Estado onde os referidos crimes foram cometidos..."

7ª Emenda: Julgamento por júri em casos cíveis envolvendo indenização em dinheiro

# Júri em casos criminais e cíveis

	<b>Criminal (&gt; 6 meses de prisão)</b>	<b>Cível (indenização em dinheiro)</b>
<b>Grande júri/ Audiência preliminar</b>	<p>O Promotor apresenta provas para determinar se existe "causa provável" de que o indivíduo cometeu um crime</p> <p>16-23 pessoas; 12 devem concordar</p>	Não há Grande Júri no Cível
<b>Tribunal do júri</b>	12 pessoas	6-12 pessoas
<b>Veredito</b>	Unânime	Unânime
<b>Sentença</b>	<p>Juiz</p> <p>Júri em casos capitais (pena de morte)</p>	Júri (Juiz pode modificar, mas somente em certas circunstâncias)

# Convocação do júri e seleção

## Intimação

Representação diversa do público

Seleção aleatória entre os eleitores do Distrito e/ou motoristas inscritos

Isentos do serviço de júri:

militares ativos,  
bombeiros,  
policiais,  
funcionários públicos



Adiamento por dificuldades

## Seleção

*Voir dire*: Juiz, advogados ou ambos questionam os potenciais jurados para determinar a sua adequação

Objetivo principal do *voir dire* é excluir pessoas com possíveis preconceitos ou com dificuldades de compreensão

Júri e suplentes (2-3) selecionados

95% de todos os casos de júri terminam em cinco dias ou menos

# Diretrizes para aplicação de penas nos EUA

## Comissão de Penas dos Estados Unidos

Agência federal independente do Poder Judiciário

O Presidente nomeia 7 membros votantes, incluindo 3-4 juízes

Estabelece diretrizes nacionais penais para auxiliar os Juízes Federais

Recolhe e analisa informações sobre o crime e as penas

Fornece conclusões e recomendações ao Congresso e ao público

## Diretrizes de Penas

Consultadas por juízes em relação à forma e à gravidade da punição

Consultivas, não obrigatórias

Destinam-se a:

promover a equidade através da proporcionalidade

evitar disparidades injustificadas nas penas atribuídas a infratores em situação semelhante

Permitem flexibilidade judicial: fatores agravantes e atenuantes relevantes

Refletem o objetivo de proferir sentença e conhecimento atual do comportamento humano



# Tribunais de reinserção

---

Princípios de resolução de problemas para reduzir a reincidência

Programas ativos em 50 varas distritais federais

Variam em escopo, mas a maioria inclui:

Vigilância intensiva, tratamento contra drogas, aconselhamento de emprego, terapia de comportamento cognitivo

Envolvimento do Tribunal

Autoridade, estrutura, responsabilidade, consequências (*sanções e incentivos*)

Sessões (regularmente) agendadas com indivíduos ou grupo (frequentes)

Equipe (*juiz, “probation officer” (agente da condicional), profissional que administra tratamento relevante, promotor, advogado de defesa*)

Características

Voluntária

Escolha por elegibilidade

Práticas baseadas em experiência

Avaliações do programa em andamento para avaliação do impacto

Centro Judicial Federal  
One Columbus Circle NE  
Washington, DC 20002-8003  
[www.fjc.gov](http://www.fjc.gov)